



O Estado de S. Paulo – 19 Fev 2004

## Colapso a ser evitado

Cinco entidades que reúnem investidores em energia elétrica publicaram, nos principais jornais do País, na segunda-feira, um manifesto sob o título "Ainda há tempo para evitar uma nova crise no setor elétrico nacional". Com grande clareza, mostram a distância que existe entre os objetivos comuns a qualquer política energética - "tarifas módicas, segurança no abastecimento de energia e atração de investimentos" - e a possibilidade concreta de alcançá-los se não for alterado o projeto que está para ser votado no Congresso. Os argumentos ali expostos precisam ser considerados. Referindo-se ao custo de uma crise de energia para a economia, o manifesto lembra que, em 2001, o racionamento fez estancar o crescimento do País, reduzindo o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), que fora de 4,2%, em 2000, para apenas 1,3%.

Em síntese, sem energia há mais pobreza, o que, sobre ser o óbvio, foi comprovado empiricamente. Para evitar novos colapsos dentro de dois ou três anos, é preciso atrair vultosos investimentos, que certamente não virão se não for alterado o projeto do governo, afirmam as entidades CBIEE, Apine, Abradee, Abraceel e ABCE, que representam os maiores produtores, distribuidores e comercializadores de energia. Estas associações falam em nome de empresas que detêm "mais de 90% da distribuição e mais de 25% da geração de energia elétrica no Brasil, e que já aportaram mais de R\$ 120 bilhões nos últimos 7 anos".

Os empresários mostram que o novo modelo trará "aumento do risco regulatório em função da concentração de poder nas mãos do Executivo, que passará a administrar o setor com base em decretos que não passarão mais pelo crivo do Congresso"; que esse aumento de risco se refletirá em aumento do custo de capital para o financiamento do setor; que as restrições aos investimentos acarretarão custos para as empresas; e que "o mecanismo proposto para compra e venda de energia configura indiscutível reserva de mercado e concentra todo o risco nos investidores atuais".

O novo marco regulatório, segundo eles, implica "mudança de regras no meio do jogo"; inviabiliza novos investimentos por parte dos investidores atuais; e dá "péssimo sinal para os novos investidores que se pretende atrair".

O documento enfatiza que os investimentos anuais do setor elétrico necessários para um crescimento do PIB de 3,5% ao ano são de R\$ 20 bilhões, dos quais o Estado poderá arcar, no máximo, com R\$ 8 bilhões. É a diferença de R\$ 12 bilhões que precisará ser atraída para o setor.

Análise de teor semelhante foi feita, no Estado de domingo, pelo presidente da Siemens, Adilson Primo. Sem investimentos em infra-estrutura, disse ele, "podemos jogar fora os próximos anos". Em 2004 será possível crescer devido à capacidade ociosa, mas, "a partir do momento em que chegarmos aos 90% ou 95% de ocupação, acabou". Motivo: uma hidrelétrica, cuja construção se iniciar hoje, só daqui a cinco anos produzirá energia. E "estamos absolutamente parados neste momento". Sem "marcos regulatórios duradouros e transparentes", além de "sinais claros do governo", tanto na área de energia como nas de estradas e portos, não se evitará um colapso dentro de três anos, adverte o empresário. Sem criticar nominalmente a ministra Dilma Rousseff, as entidades de energia alertam que as ponderações feitas por elas não têm sido ouvidas pelo governo - ou, se são ouvidas, isto ocorre apenas parcialmente. Ocorre que nada poderá obrigar as empresas a investir no Brasil, por mais promissor que o governo acredite que seja o mercado brasileiro de 175 milhões de consumidores. É, em síntese, o que diz o manifesto das entidades de investidores em energia elétrica.

Assim sendo, ainda que o projeto da ministra Dilma seja de fato o melhor do mundo, se os investidores que se pretende atrair o rejeitam, não tem sentido procurar impô-lo. A aprovação do projeto será uma vitória de Pirro para a ministra e poderá custar muito caro à economia brasileira.